

AUTOMEDICAÇÃO: PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

SELF-MEDICATION: PUBLIC HEALTH PROBLEM

¹SILVA, H.; ²MOMESSO, L. S.

^{1e2}Curso de Farmácia – Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

RESUMO

A automedicação é uma prática que ocorre diariamente no Brasil e no mundo. Consiste no uso de medicamentos sem a prescrição de um profissional de saúde. Pode gerar efeitos adversos graves dependendo da situação clínica do indivíduo. Os objetivos do presente trabalho consistem em descrever sobre a automedicação bem como os problemas de saúde relacionados a esta prática. A automedicação predomina sobre o sexo feminino e os medicamentos analgésicos e anti-inflamatórios não-esteroidais são as classes mais utilizadas por pessoas praticantes da automedicação para o alívio da sintomatologia da dor. Há necessidade de se criar políticas de saúde pública para orientação da população sobre os riscos inerentes sobre uso de medicamentos, mesmo sendo os medicamentos isentos de prescrição (MIP), e cabe aos profissionais de saúde orientar, esclarecer dúvidas, e principalmente desencorajar o uso de medicamentos sem orientação.

Palavras-chave: Automedicação. Medicamentos. Uso Indiscriminado de Medicamentos.

ABSTRACT

Self-medication is a practice that occurs daily in Brazil and in the world. Consists in the use of medicines without prescription of a health professional. Self-medication can generate serious adverse effects depending on the clinical situation of the person. The objectives of this study are to describe self-medication as well as health problems related to this practice. Self-medication predominates over the female sex and analgesic and non-steroidal anti-inflammatory drugs are the classes most commonly used by people practicing self-medication for the relief of pain symptomatology. There is a need to create public health policies to guide the population about the inherent risks related to the use of medicines, even though the medicines are exempt from prescription (MIP), and it is up to health professionals to guide, clarify doubts, and mainly discourage the use of medicines without guidance.

Keywords: Self-medication. Drugs. Indiscriminate Use of Drugs.

INTRODUÇÃO

A automedicação é uma prática muito comum no Brasil, que consiste no uso de medicamentos para aliviar ou tratar sintomas de doenças pré-existentes sem orientação de um profissional habilitado a prescrever (SOUZA *et al.*, 2011). Geralmente a automedicação ocorre por indicações de familiares, amigos, pelo responsável por cuidar de uma criança ou idoso, ou balconistas de farmácias, este último caso pode ser considerado exercício ilegal da medicina. Outro termo também utilizado para automedicação é a automedicação orientada, onde o paciente faz uso de medicamentos através da utilização de receitas antigas que não foram prescritas para uso contínuo (VILARINO *et al.*, 1998).

A automedicação está relacionada com as propagandas de medicamentos em TV, internet, redes sociais, revistas e jornais que incentivam o uso de medicamentos, a facilidade em se adquirir medicamentos que não necessitem

retenção da receita ou prescrição médica, e a falta de orientação sobre os riscos inerentes (CHEHUEN-NETO *et al.*, 2006), descumprir a prescrição profissional, prolongando ou interrompendo precocemente a dosagem e o período de tempo indicados na receita também se enquadra como automedicação (LOYOLA-FILHO *et al.*, 2002).

A automedicação pode ser considerada um problema de saúde pública, pois pode agravar ou mascarar uma doença caso seja tratada erroneamente (LOYOLA-FILHO *et al.*, 2002). Segundo Souza *et al.* (2008), a automedicação no Brasil ocorre por vários fatores como a dificuldade em se ter acesso a uma consulta médica, muitas pessoas não possuem condições financeiras de pagar um plano de saúde e fatores sociais como grau de escolaridade, acesso a informações, e o fator cultural também são levados em consideração para a automedicação. Tornando o país a ser o maior consumidor de medicamentos da América Latina.

Nos países desenvolvidos, estudos sobre automedicação estão ocorrendo com grande frequência para identificação dos fatores que estão correlacionados a esta prática. Foram observados que as mulheres são as pessoas que mais utilizam medicamentos sem prescrição e que o grau de escolaridade e a renda familiar estão relacionados com essa prática (LOYOLA-FILHO *et al.*, 2002).

Com base nessas informações, os objetivos do presente trabalho consistem em descrever sobre a automedicação bem como os problemas de saúde relacionados à esta prática.

METODOLOGIA

Estudo retrospectivo descritivo dos últimos 20 anos a respeito da automedicação. Para tanto, foram realizadas buscas nas bases de dados científicas, tais como Lilacs, Medline, PubMed, Scielo, além do Google Acadêmico e do acervo bibliográfico disponível na Biblioteca do Campus das Faculdades Integradas de Ourinhos. Foram utilizados os termos automedicação e *self-medication* nas buscas.

Como critérios de inclusão, foram selecionadas somente as publicações em língua portuguesa, sendo excluídos todos os artigos de língua estrangeira.

DESENVOLVIMENTO

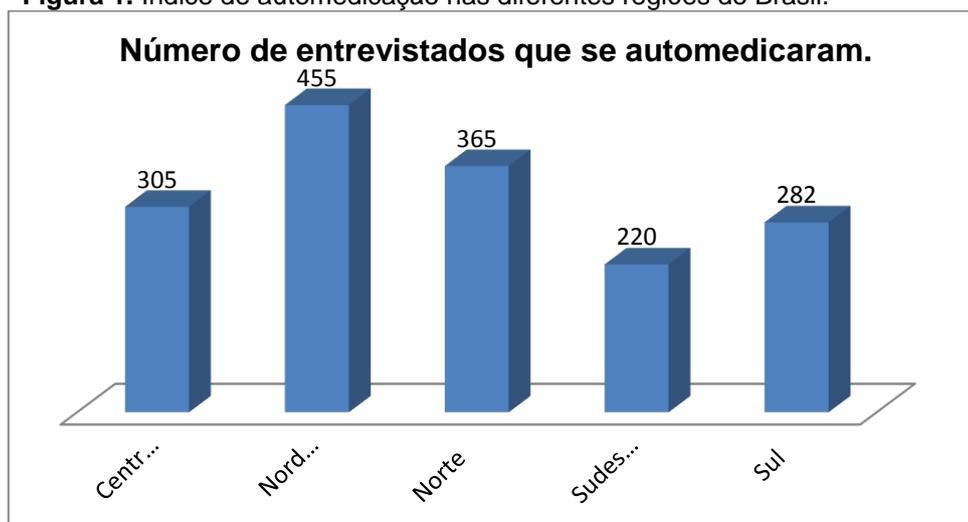
A automedicação pode causar prejuízos à saúde de quem utiliza medicamentos sem orientação e conhecimento, gerando gastos supérfluos, atrasos de diagnósticos e na terapêutica adequada, reações adversas ou alergias, intoxicações, e causar dependência medicamentosa. Pode também mascarar uma doença e seus sintomas, criar novos problemas podendo levar o paciente a uma internação hospitalar ou até mesmo vir a óbito (BARROS E SÁ *et al.*, 2007).

Segundo Goulart *et al.* (2012) a taxa de intoxicação por medicamentos passou de 15% para 31% e que um terço das intoxicações ocorriam na população menor de 5 anos e com uma taxa de letalidade de 7,5% de acordo com o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX) utilizando dados entre os anos de 2000 a 2008.

O farmacêutico, assim como os demais profissionais de saúde tem grande importância para o combate à automedicação. A automedicação orientada pelo farmacêutico auxilia a população na resolução de problemas autolimitados de saúde, pois a farmácia na maioria das vezes é o primeiro local que as pessoas procuram para tratar seus problemas, e assim colaboram também com os governos diminuindo o número de consultas médicas, reduzindo custos. O farmacêutico dentro de suas habilidades, e conhecendo os limites de sua intervenção no processo saúde-doença deve saber o momento ideal de orientar a utilização de um medicamento ou o encaminhamento do paciente ao médico (SOUZA *et al.*, 2008).

Na Figura 1 estão relacionados os números de pessoas que se automedicaram nas diferentes regiões do País.

Figura 1. Índice de automedicação nas diferentes regiões do Brasil.



Fontes: Gama (2016); Arruda *et al.* (2011); Souza *et al.* (2011); Costa & Alves (2010); Urbano *et al.* (2010); Cascaes; Falchetti & Galato (2008); Barros E Sá *et al.* (2007); Silva *et al.* (2005); Loyola-Filho *et al.* (2002); Vilarino *et al.* (1998).

Loyola-Filho *et al.* (2002) indicam que 223 participantes da população de Bambuí-MG faziam uso de medicamentos sem prescrição médica. Os medicamentos mais prescritos foram analgésicos e antipiréticos 47,6% (106), anti-espasmódicos, antiácidos, e antidiarreicos com 8,5% (19), antibióticos e quimioterápicos 4,7 (10). Em consideração com a idade 66,4% (148) tinha idade entre 18 a 39, 26,9% (60) tinha entre 40-59 e apenas 6,7% (15) era maior de 60 anos. E a prevalência entre os sexos era de 52,5 % (117) homens e 47,5% (106) mulheres.

Em Goiás, Souza *et al.* (2011) relatam que 82 estudantes do curso de enfermagem da Universidade Federal de Goiás (UFG) fazem uso de medicamentos sem prescrição médica para tratar ou aliviar a dor. O sexo feminino foi prevalente na automedicação com 96,4% (79). As classes mais utilizadas eram os analgésicos e antitérmicos 70% (57), e anti-inflamatórios não-esteroidais 13% (11).

Em um estudo realizado por Barros e Sá *et al.* (2007), 60% (213) dos idosos na faixa etária de 60 a 70 anos praticavam automedicação em Salgueiro-PE, o maior motivo para prática da automedicação relatados era que os indivíduos já possuíam uma doença diagnosticada. Um total de 148 mulheres fez uso de algum medicamento e 75 homens. A classe de medicamentos mais utilizada foram os analgésicos 30% (64), e antipiréticos 29% (62).

Em estudo de Costa & Alves (2010) houve alto índice de automedicação na população de diversas cidades analisadas no Maranhão, com um número de 242 pessoas automedicadas. A automedicação foi maior entre as mulheres com 172 e 86 homens. Não há relato sobre a classe dos medicamentos utilizados.

Arruda *et al.* (2011) constataram que na Universidade Federal do Tocantins (UFT) em Araguaiana, 142 dos 145 entrevistados compravam ou já compraram medicamentos sem prescrição médica para uso próprio. Os entrevistados ainda responderam que os analgésicos e AINES são as classes de medicamentos mais utilizadas, para tratamentos de dores e processos inflamatórios.

No Estado do Amazonas, de um total de 492 entrevistados, 223 informaram praticar a automedicação. Os medicamentos mais utilizados eram os analgésicos e antibióticos. O elevado índice de automedicação se deve ao fato da distancia entre os ribeirinhos e a zona urbana, e também pela dificuldade em conseguir uma consulta médica. No total de 121 mulheres se automedicaram contra um total de 102 homens (GAMA, 2016).

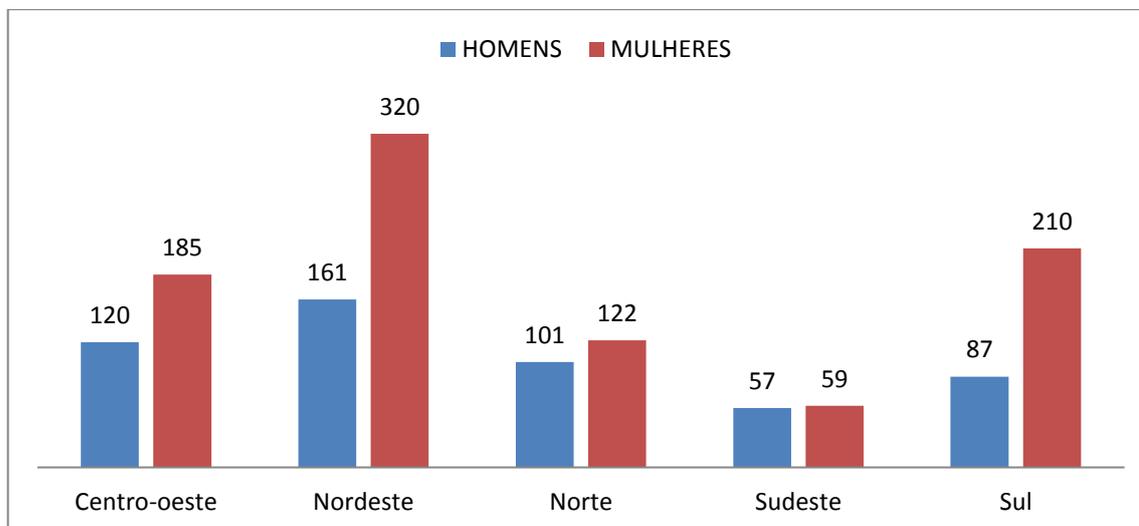
Segundo Silva *et al.* (2005) no município de Vassoura-RJ, 116 (79,4%) dos entrevistados indicaram ter feito uso de pelo menos um medicamento sem prescrição médica. A faixa etária com maior prevalência de automedicação foi entre os 21 a 30 anos. A prevalência entre as mulheres foi de 49% (59). Os medicamentos mais utilizados foram analgésicos, antigripais, e anti-inflamatórios.

No estudo de Urbano *et al.* (2010) em Santos-SP e São Vicente-SP, 104 crianças receberam algum tipo de medicamento sem orientação médica, adquirida pelas suas mães e responsáveis. A faixa etária de maior automedicação entre as crianças foi entre 8 a 11 anos. O medicamento mais utilizado foram os antipiréticos com prevalência em 38 crianças.

Em Santa Maria-RS, Vilarino *et al.* (1998) verificaram o problema da automedicação em 220 pessoas (76,1%) pelo menos uma vez nos últimos três meses de estudo. Dos entrevistados que relataram automedicar-se 77 eram do sexo masculino e 143 feminino. As classes de medicamentos que tiveram maior uso foram dos analgésicos, antitérmicos e AINES.

Segundo Cascaes, Falchetti e Galato (2008) na Cidade de Tubarão-SC, dos 77 idosos entrevistados 62 deles referiram automedicar-se com o intuito de tratar dores, problemas estomacais e depressão. As mulheres 67 no total são as que mais se automedicaram. A média de idade foi de 69 anos.

Figura 2. Prevalência de automedicação de acordo com o gênero.



Fontes: Gama (2016); Arruda *et al.* (2011); Souza *et al.* (2011); Costa & Alves (2010); Urbano *et al.* (2010); Cascaes; Falchetti & Galato (2008); Barros e Sá *et al.* (2007); Silva *et al.* (2005); Loyola-Filho *et al.* (2002); Vilarino *et al.* (1998).

Goulart *et al.* (2012) em seu trabalho, acredita que existe a necessidade dos gerentes de saúde dos municípios onde foram realizada a pesquisa em adotar medidas de saúde pública, explicando os riscos da automedicação, proporcionar o aumento ao acesso a consultas médicas e melhorar o acesso dos pacientes ao Sistema Único de Saúde.

Souza *et al.* (2011) conclui que o uso da automedicação por estudantes, garante o alívio da dor momentânea, mas que leva os mesmos a adiarem o tratamento adequado e o diagnóstico precoce, favorecendo para a cronificação da doença e o surgimento de comorbidades, advindas da dor prolongada.

Souza *et al.* (2008) orienta que todos os profissionais de saúde, principalmente o farmacêutico este que esta diretamente ligado à assistência farmacêutica, que busque a conscientizar a população sobre a automedicação e evitar efeitos adversos graves.

Para Loyola-Filho *et al.* (2002) na população estudada, a automedicação indica a menor frequência dos pacientes em consultas médicas, e também um menor gasto financeiro com medicamentos.

Vilarino *et al.* (1998) acredita que não pode se condenar a automedicação, porque seria economicamente inviável o atendimento médico para solução de todos

os sintomas da população. Mas informa que é necessário alertar a população sobre os riscos inerentes mesmos nos medicamentos de venda livre.

Costa & Alves (2010) evidência em seu trabalho que há necessidades de criar novas políticas públicas para melhorar o acesso da população aos serviços de saúde.

Silva *et al.* (2005) diz que há necessidade de se tornar a farmácia como centro primário de atenção básica, mudando o pensamento mercantilista do modo atual. O farmacêutico deverá adotar a postura de educador sanitário, orientando os pacientes sobre os riscos causados pelo uso irracional de medicamentos.

Arruda *et al.* (2011) evidenciou que a automedicação entre estudantes universitários é algo comum e ocorre com grande frequência.

Barros e Sá *et al.* (2007) confirma que a automedicação é uma realidade no Brasil e no mundo, como comprovam vários estudos nacionais e internacionais. Seu estudo afirma também que a automedicação ocorre com maior frequência na faixa etária mais avançada, principalmente para aliviar os sintomas da dor. Ainda demonstra que indivíduos que não praticam atividades físicas apresentam maior uso de medicamentos. E reforça que os profissionais por muitas vezes, o médico, deve orientar os pacientes sobre mudanças no hábito de vida, que por si só, muitas vezes seria o suficiente para evitar a procura médica ou a automedicação.

Urbano *et al.* (2010) concluem que a automedicação infantil é uma prática que está inserida na população como uma atividade comum e é exercida independente de classe social ou grau de escolaridade, sendo mais precisamente uma questão cultural. Demonstra ainda que as mães são as principais responsáveis pela automedicação da população infantil.

Cascaes, Falchetti e Galato (2008) evidenciaram que a presença de indicação de medicamentos por pessoas leigas como balconistas de farmácia, parentes e pessoas próximas influenciam para o aumento da prática da automedicação. E que cabe aos profissionais de saúde educar a população, principalmente os idosos que são considerados polimedicados sobre os riscos sobre a sua farmacoterapia.

Gama (2016) indica que nas regiões do Amazonas, a automedicação é uma prática frequente, pois há dificuldade da população ao acesso ao serviço de saúde por causa das longas distâncias entre os ribeirinhos e os grandes centros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação é uma prática comum entre a população para resoluções dos sintomas de saúde considerados menores. É a prática onde o paciente utiliza um medicamento com bases nas suas experiências anteriores ou de outras pessoas que acabam indicando o uso de um medicamento. Geralmente os vizinhos, familiares e balconistas de farmácia estão ligados à orientação para o uso de medicamentos, mas sem nenhum conhecimento técnico-científico. Problemas relacionados a medicamentos podem ocorrer por interações medicamentosas, interações medicamento-alimento, reações adversas graves como choques anafiláticos, intoxicações estão propensos à prática da automedicação. A automedicação tem sido um grave problema de saúde pública, pois, a dificuldade de acesso a serviços de saúde faz com que a população pratique a automedicação, retardando o diagnóstico correto, favorecendo o uso de medicamentos inadequados, o aumento da resistência microbiana aos antibióticos, aumento de internações hospitalares e conseqüentemente dos gastos públicos em saúde.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, E. L. *et al.* Automedicação: verificação em estudantes universitários da Universidade Federal do Tocantins – UFT Araguaiana. **Revista Ensaios e Ciência**, São Paulo, v. 15, n. 6, p. 21-30, 2011.
- CASCAES, E. A.; FALCHETTI, M. L.; GALATO, D. Perfil da automedicação em idosos participantes de grupos da terceira idade de uma cidade do sul do Brasil. **Revista Arquivos Catarinenses de Medicina**. v. 37, n. 1, p. 63-69, 2008.
- CHEHUEN-NETO, J. A. *et al.* Automedicação entre estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de fora. **Revista Hu**. v. 32, n. 3, p. 59-64, 2006.
- COSTA, A. C. M.; ALVES, M. T. S. S. B. Fatores associados à utilização de serviços de saúde em municípios maranhenses. **Revista Baiana de Saúde Pública**. v. 34, n. 3, p. 515-529, 2010.
- GAMA, A. S. M. Automedicação em comunidades ribeirinhas na região do médio Solimões – Amazonas. 2016. 115 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo.
- GOULART, I. C. *et al.* Automedicação em menores de cinco anos em municípios do Para e Piauí: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 12, n. 2, p. 165-172, 2012.

LOYOLA-FILHO, A. I. *et al.* Prevalência e fatores associados a automedicação: resultados do projeto Bambuí. **Revista de Saúde Pública**. v. 36, n. 1, p. 55-62, 2002.

BARROS E SÁ, M.; BARROS, J. A. C.; OLIVEIRA SÁ, M. P. B. Automedicação em idosos na cidade de Salgueiro-PE. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Pernambuco, v. 10, n.1, p. 75-85, 2007.

SILVA, G. M. S. *et al.* Análise da automedicação no município de Vassouras-RJ. **Revista Infarma**. v. 17, n. 5-6, p. 59-62, 2005.

SOUZA, L. A. F. *et al.* Prevalência e caracterização da prática de automedicação para alívio da dor entre estudantes universitários de enfermagem. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Goiânia, v. 19, n. 2, 2011.

SOUZA, H. W. O.; Silva, J. L.; Neto, M. S. A importância do profissional farmacêutico no combate a automedicação no Brasil. **Revista Eletrônica de Farmácia**, Imperatriz, MA, v. 5, n. 1, p. 67-72, 2008.

VILARINO, J. F. Perfil da automedicação em município do sul do Brasil. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 43-49, 1998.

URBANO, A. Z. R. *et al.* Automedicação infantil: o uso indiscriminado de medicamentos nas cidades de Santos e São Vicente. **Revista Ceciliana Dez**, Santos, v. 2, n. 2, p. 6-8, 2010.